


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE APARECIDA**
**FORO DE APARECIDA**
**1ª VARA**
**AV. PADROEIRA DO BRASIL, 180, Aparecida - SP - CEP 12570-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0004585-26.2014.8.26.0028**  
 Classe - Assunto: **Ação Civil Pública - Saneamento**  
 Requerente: **Ministério Público do Estado de São Paulo**  
 Requerido: **Município de Potim**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Rita de Cássia Spasini de Souza Lemos**

Vistos.

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

ajuizou *AÇÃO CIVIL PÚBLICA com pedido de antecipação de tutela* em face do **MUNICÍPIO DE POTIM/SP**, na pessoa do seu Prefeito Municipal Benito Carlos Thomaz e do **Chefe do Serviço de Água, Lucas Galvão Araújo** visto que se constatou, através do GAEMA (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente), após o recebimento de representações e peças de informação enviadas pela Vigilância Sanitária de Guaratinguetá, o não atendimento pelo réu das condições de potabilidade da água distribuída para consumo público.

Alega que, segundo apurado, a água que abastece o município de Potim/SP não atende os padrões de potabilidade fixados pela Portaria MS 2914/11 e pela ABNT, referente a cloro e flúor, bem como, quanto a ausência de bactérias (restou detectada a presença de coliforme fecais, coliformes totais entre outras bactérias).

Aponta que estudos realizados pela SUCEN (Superintendência de Controle de Endemias) e da Secretaria de Estado da Saúde demonstraram que a água destinada a consumo humano no referido município contém “nitrogênio amoniacal” acima dos valores máximos permitidos pela legislação. Salienta que a volatilidade desse composto é tida como provável fonte de atração das fêmeas do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, o que vem contribuindo para o aumento significativo de casos dessa doença no município.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE APARECIDA****FORO DE APARECIDA****1ª VARA****AV. PADROEIRA DO BRASIL, 180, Aparecida - SP - CEP 12570-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A Vigilância Sanitária informou, ainda, que os moradores do município reclamam do mau cheiro da água, o que inviabiliza, inclusive, a realização da higiene pessoal adequada nos municípios e que, em decorrência da situação retratada, em 2012 foi proposta uma Ação Civil Pública (nº 0006876-67.2012.8.26.0028), na qual foi produzida prova pericial que atestou a falta de tratamento do esgoto e as péssimas condições da água distribuída para o consumo humano.

O município foi autuado através do Auto de Infração 014161 pela Vigilância Sanitária por manter, operar e controlar sistemas públicos de abastecimento de água em desacordo com as normas técnicas da ABNT e demais normas pertinentes, tendo sido constatada a presença de substâncias cancerígenas.

Afirma que o município jamais operou ou efetuou o controle do sistema de abastecimento de água adequadamente no município e que, apesar da constante atuação da Vigilância Sanitária, e das várias tentativas de solução amigável do problema, com reuniões e orientações para a correta captação e tratamento de água de mananciais superficiais e para a implantação de uma estação de tratamento de água compacta no município, nada foi feito.

Neste sentido pugnou pela procedência da ação com a concessão de tutela antecipada para que no prazo de 90 dias seja adequado o sistema de captação e distribuição de água no município, com cloração, filtração e tratamento da água proveniente dos lençóis freáticos de modo a torna-la potável para o consumo humano.

O requerente juntou documentos às fls. 13/254.

A tutela antecipada foi deferida às fls. 258.

Os requeridos foram citados e intimados da liminar concedida às fls. 264.

O Município de Potim apresentou contestação às fls. 266/276 alegando preliminarmente a impossibilidade jurídica do pedido, o que por via reflexa leva à carência da ação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE APARECIDA

FORO DE APARECIDA

1ª VARA

AV. PADROEIRA DO BRASIL, 180, Aparecida - SP - CEP 12570-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Alegou que a medida visa impor a prática ao Poder Executivo de ato administrativo vinculado ao Poder Discricionário que lhe é inerente.

Quanto ao mérito, alegou que o município não possui recursos próprios para a implantação das obras requeridas e necessárias para a solução do problema.

Argumenta que o processo de tratamento das águas captadas nos poços artesianos é realizado, contudo, a única forma de se corrigir e cumprir todos os padrões fixados pela Portaria 2914/11 para a potabilidade da água do município seria a construção de uma estação de tratamento de água para a captação de águas superficiais, o que não é possível, conforme dito mais uma vez, pela ausência de recursos municipais.

A parte pugnou pela reconsideração da tutela antecipada deferida ante a impossibilidade de seu cumprimento (em relação ao item “a”); pelo acolhimento da preliminar suscitada extinguindo-se o presente feito e pela improcedência do feito.

O requerido juntou documentos às fls. 277/349.

O Ministério Público se manifestou sobre a contestação apresentada às fls. 353/358.

A liminar concedida foi mantida às fls. 360.

Foram juntados documentos às fls. 365/425.

Foi interposto agravo de instrumento da decisão de fls. 360 que manteve a antecipação de tutela deferida nos autos (fls. 438/453).

O agravo foi julgado e o acórdão foi juntado às fls. 463/466 (negou provimento ante a intempestividade).

Foi realizada Audiência de Tentativa de Conciliação às fls. 473, tendo esta restado infrutífera.

**É O RELATÓRIO.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE APARECIDA**

**FORO DE APARECIDA**

**1ª VARA**

**AV. PADROEIRA DO BRASIL, 180, Aparecida - SP - CEP 12570-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

É cabível o julgamento antecipado da lide para o caso em tela, nos termos do art. 330, I, do CPC, vez que não se demonstra necessária a produção de outras provas para o julgamento da causa.

Não existem matérias preliminares a serem apreciadas, já que a única preliminar suscitada em sede de contestação pelo requerido (impossibilidade jurídica do pedido) foi enfrentada às fls. 360, não merecendo qualquer reparo a decisão proferida.

No mérito a ação é procedente.

Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual em face do Município de Potim/SP ante o recebimento de representação e de peças de informação dando conta da total ausência de tratamento da água posta a consumo humano na municipalidade.

Inicialmente é de salientar a vasta e robusta prova coligida aos autos no sentido de se comprovar todo o conteúdo apontado como irregular pelo requerente em face do município requerido.

Aliás, por vezes, o próprio requerido, em sede de contestação, avalizou a perícia apresentada nos autos (emprestada da Ação Civil Pública nº 0006876-67.2012.8.26.0028 – fls. 49/153).

Dentre outros pontos tidos como de maior relevo, temos que às fls. 15 (Representação encaminhada pela Vigilância Sanitária) onde está a informação sobre a existência de inúmeros casos de doenças diarreicas no município de Potim, que aumentam nos períodos mais quentes do ano, podendo este fato estar relacionado com a qualidade da água, vez que as bactérias existentes não são eliminadas através do deficiente tratamento efetuado nas águas captadas pela municipalidade (cloração), ocasionando sua considerável proliferação com o calor.

Pela presença de bactérias na água disponibilizada ao consumo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE APARECIDA

FORO DE APARECIDA

1ª VARA

AV. PADROEIRA DO BRASIL, 180, Aparecida - SP - CEP 12570-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

humano no município de Potim (restou detectada a presença de coliforme fecais, coliformes totais entre outras bactérias), este foi objeto, inclusive, de autuação pela Vigilância Sanitária no Auto de Infração 014161.

Restou demonstrado que, segundo estudos realizados pela SUCEN (Superintendência de Controle de Endemias) e da Secretaria de Estado da Saúde, a água destinada a consumo no município contém “nitrogênio amoniacal” acima dos valores máximos permitidos pela legislação. Salientou-se, inclusive, que a volatilidade desse composto é tida como provável fonte de atração das fêmeas do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, o que vem contribuindo para o aumento significativo de casos dessa doença no município.

Como bem frisou o laudo realizado, às fls. 53, não existe tratamento de esgoto no município.

Além deste, mais dois dados extremamente assustadores foram revelados através do laudo apresentado: A existência de substância cancerígena na água não tratada e colocada para consumo (fls. 147) e as estatísticas relacionadas à mortalidade no município (fls. 55), onde se destacou que a taxa de mortalidade no município é 63% maior do que a média do restante do Estado e a longevidade dos munícipes é 67% menor que a média do Estado, o que talvez, em muito, tenha relação com a qualidade da água que está sendo consumida na localidade.

Por fim, é de conhecimento notório o mau cheiro das águas de todo o município, o que ficou bem retratado na representação da Vigilância Sanitária de fls. 13/16, o que no mais das vezes inviabiliza a realização da higiene pessoal das pessoas que dela necessitam e fazem uso.

Não há como se preterir o direito à vida e à saúde que são direitos individuais da mais alta grandeza e constitucionalmente protegidos em detrimento de qualquer outro direito ou interesse defendido pela Administração Pública.

Não há desculpas ou motivações capazes de justificar o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE APARECIDA

FORO DE APARECIDA

1ª VARA

AV. PADROEIRA DO BRASIL, 180, Aparecida - SP - CEP 12570-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

injustificável vez que é finalidade precípua e única da Administração Pública O INTERESSE PÚBLICO.

Qualquer conduta que se desvie dessa finalidade implica, certamente, em desvio de finalidade, abuso de poder e em responsabilização do administrador público pelos danos causados e pela improbidade eventualmente perpetrada.

Não há que se invocar ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes e do Poder Discricionário inerente à prática dos atos administrativos pelo Poder Executivo frente a ocorrência de ilegalidades e ilícitos praticados contra a população local e contra o meio ambiente através de políticas públicas ineficientes e desidiosas.

No sentido da responsabilização do município temos:

*AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LANÇAMENTO DE ESGOTOS IN NATURA EM CURSOS D'ÁGUA DO MUNICÍPIO RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL - SENTENÇA QUE DETERMINA À MUNICIPALIDADE SUBMETTER OS ESGOTOS A TRATAMENTO, NO PRAZO DE DEZOITO MESES, MEDIANTE APROVAÇÃO DA CETESB E DEMAIS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES - CORRETA E ADEQUADA SOLUÇÃO CONFERIDA À LIDE - APELO DO MUNICÍPIO DESPROVIDO AÇÃO CIVIL PÚBLICA - SENTENÇA QUE CONDENA O MUNICÍPIO A CONFERIR ADEQUADO TRATAMENTO A ESGOTOS PRODUZIDOS PELA POPULAÇÃO, EVITANDO O DESPEJO IN NATURA DOS DEJETOS EM CURSOS D'ÁGUA DO MUNICÍPIO - ALEGADA INTROMISSÃO DO JUDICIÁRIO EM ATUAÇÃO DISCRICIONÁRIA DO PODER PÚBLICO -DESCABIMENTO - O JUDICIÁRIO EXISTE EXATAMENTE PARA FAZER INCIDIR A LEI NO CASO CONCRETO - OBRIGAÇÃO DE FAZER QUE É A*





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE APARECIDA

FORO DE APARECIDA

1ª VARA

AV. PADROEIRA DO BRASIL, 180, Aparecida - SP - CEP 12570-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*ÚNICA ALTERNATIVA PARA IMPEDIR A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E OS RISCOS À SAÚDE DOS MUNICÍPIOS - APELO DO MUNICÍPIO DESPROVIDO (TJ-SP - APL: 994040252841 SP, Relator: Renato Nalini, Data de Julgamento: 19/08/2010, Câmara Reservada ao Meio Ambiente, Data de Publicação: 30/08/2010).*

A alegação de falta de recursos, em nada diminui a responsabilidade pertencente ao ente público que deverá através de meios próprios, com dotação orçamentária, ou por meio de parcerias resolver a questão *urgentemente*.

No mais, robustamente comprovada a ilegalidade há muito tempo praticada pelo município requerido, bem como, devidamente delineada a sua responsabilidade pela conduta desidiosa e reiterada, de rigor a procedência da ação nos moldes propostos pelo requerente.

Ante o exposto e o mais que dos autos consta **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** contra **MUNICÍPIO DE POTIM/SP** e assim o faço para condená-lo adotar todas as obras, serviços e providências necessárias para substituir a captação de água de lençóis freáticos pela captação de águas superficiais, com construção de estação de tratamento de água que comporte a vazão diária necessária para suprir a demanda da população municipal, no prazo de 12 meses, de forma direta ou mediante a contratação de terceiro especializado.

Fica fixada a multa de R\$10.000,00 por dia de descumprimento.

Em consequência, julgo o presente feito extinto com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil.

Após eventual recurso voluntário, nos termos do artigo 475, §1º, do Código de Processo Civil, encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE APARECIDA**

**FORO DE APARECIDA**

**1ª VARA**

**AV. PADROEIRA DO BRASIL, 180, Aparecida - SP - CEP 12570-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Paulo, para reexame necessário, com nossas homenagens.

P.R.I.

Aparecida, 12 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**